

01. (VUNESP - 2012 - Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul - Defensor Público Substituto)

Com relação ao procedimento relativo aos crimes de competência do Tribunal do Júri, de acordo com o Código de Processo Penal, é correto afirmar que

A) O juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.

B) Na fase plenária, o tempo destinado à acusação e à defesa, durante os debates a serem realizados após o encerramento da instrução, será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para a tréplica. Havendo mais de 1 (um) acusado, o tempo para a acusação e a defesa será acrescido de 1 (uma) hora e elevado ao dobro o da réplica e da tréplica.

C) A falta, sem escusa legítima, para a sessão de julgamento do Tribunal do Júri, do advogado do acusado sem constituição de outro defensor, não adiará o ato mas obrigará a nomeação de defensor público para a defesa do acusado.

D) Quando da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário, ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante, no caso de queixa, e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 8 (oito), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.

02. (VUNESP - 2012 - Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul - Defensor Público Substituto)

Assinale a alternativa que contém hipótese correta de cabimento do recurso indicado.

A) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que decidir o incidente de falsidade.

B) Dar-se-á carta testemunhável da decisão que admitir o recurso e não crie óbice à sua expedição e seguimento para o juízo *ad quem*.

C) Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, Câmaras ou Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de três dias contados da sua publicação, quando não for unânime a decisão de segunda instância.

D) Caberá apelação da decisão que não receber a denúncia ou a queixa no rito ordinário do procedimento comum previsto no Código de Processo Penal.

A) pelo Ministério Público ou ofendido, mediante denúncia.

B) pela vítima ou seu representante legal.

C) pelo Ministério Público, mediante queixa-crime.

D) exclusivamente pelo Ministério Público, mediante denúncia.

E) pelo ofendido, representado por advogado com poderes especiais.

- A) o agente for inimputável.
- B) faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- C) existir manifesta causa excludente de ilicitude do fato.
- D) ficar patente a incompetência do juízo a que fora oferecida.
- E) existir manifesta causa excludente da culpabilidade do agente.

A) I e II.
B) I e III.
C) II e III
D) I.
E) II.

16. (VUNESP - 2007 - TJ/SP - Técnico Judiciário)

No procedimento comum,

A) poderão ser ouvidas mais de 8 testemunhas de acusação e mais de 8 testemunhas de defesa, se nesse número estiverem compreendidas as testemunhas referidas.

B) poderão ser ouvidas no mínimo 8 testemunhas de acusação e 8 testemunhas de defesa.

C) poderão ser ouvidas todas as testemunhas arroladas na denúncia, e no máximo 10 testemunhas arroladas pela defesa.

D) não poderão ser ouvidas as testemunhas que não prestarem compromisso.

E) somente poderão ser ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia.

17. (VUNESP - 2017 - DPE/RO – Defensor Público Substituto)

Nos Juizados Especiais Criminais,

A) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

B) a competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi consumada a infração penal.

C) a apelação será interposta no prazo de cinco dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

D) o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

E) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo apenas e tão somente os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

18. (VUNESP - 2017 - TJM/SP – Escrevente)

Nos exatos termos do art. 253 do CPP, nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes,

A) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.

B) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, bem como amigos íntimos.

C) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, bem como amigos íntimos ou inimigos capitais.

D) consanguíneos, excluídos os parentes afins.

E) consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive.

A) deve apenas indicar a materialidade do fato e a existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, cabendo ao juiz declarar o dispositivo legal em que julgar incurso o acusado, sem especificação ou manifestação sobre as qualificadoras e as causas de aumento de pena, matérias de exclusiva apreciação dos jurados.

B) deve motivar a necessidade da decretação da prisão, tratando-se de acusado solto, mas não precisa fazê-lo no caso de manutenção daquela anteriormente decretada.

C) exige intimação pessoal do defensor nomeado, do Ministério Público e do acusado, não se admitindo quanto a este último, se solto, a intimação por edital, ainda que não encontrado.

D) não pode reconhecer a causa especial de diminuição da pena relativa ao chamado homicídio privilegiado.

25. (VUNESP - 2017 - TJ/SP - Juiz Substituto)

No procedimento comum, após o oferecimento da resposta pelo acusado, o juiz deverá absolvê-lo sumariamente quando

- A) faltar justa causa para o exercício da ação penal ou verificar a existência manifesta de qualquer causa excludente da culpabilidade.
- B) verificar a existência manifesta de qualquer causa excludente da ilicitude do fato ou que o fato narrado evidentemente não constitui crime.
- C) a denúncia ou a queixa for manifestamente inepta ou não se convencer da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- D) faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal ou verificar que extinta a punibilidade do agente.

26. (VUNESP - 2016 - MPE/SP - Oficial de Promotoria)

Nos crimes de ação _____, esta será promovida por denúncia do Ministério público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de _____ do Ministro da Justiça, ou de _____ do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. Assinale a alternativa que, respectivamente, preenche, de modo tecnicamente correto, as lacunas.

- A) privada ... autorização ... requisição
- B) pública ... representação ... requisição
- C) privada ... requisição ... autorização
- D) pública ... requisição ... representação
- E) privada ... autorização ... representação

27. (VUNESP - 2016 - MPE/SP - Oficial de Promotoria)

Nos termos do art. 40 do CPP, quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública,

- A) Determinarão a imediata instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo para a cabal apuração dos fatos.
- B) Remeterão ao Ministério público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.
- C) Cientificarão as partes para que, voluntariamente, retirem os papéis dos autos, sob pena de cientificação do Ministério público.
- D) Instaurarão procedimento judicial de investigação sob sua própria presidência para cabal apuração dos fatos.
- E) Remeterão ao Delegado de polícia as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

28. (VUNESP - 2016 - MPE/SP - Oficial de Promotoria)

Pela regra do art. 61 da Lei no 9.099/95, assinale a alternativa que traz pena que corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.

- A) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
- B) Reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.
- C) Detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.
- D) Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.
- E) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

29. (VUNESP - 2018 - MPE/SP - Analista Jurídico)

Em relação ao procedimento do júri, assinale a alternativa correta.

- A) O jurado que tiver integrado o Conselho de Sentença nos 12 (doze) meses que antecederem à publicação da lista geral não será excluído em casos de comprovada necessidade.
- B) A lista geral dos jurados, com indicação das respectivas profissões, será publicada pela imprensa até o dia 10 de outubro de cada ano e divulgada em editais afixados à porta do Tribunal do Júri.
- C) Ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante, no caso de queixa, e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 8 (oito), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.
- D) Nos casos de desaforamento requerido por alguma das partes, poderá ser ouvido o juiz presidente, caso o relator assim julgue necessário.
- E) Excesso de serviço não justifica pedido de desaforamento.

30. (Questão Elaborada pelo Professor)

Nos termos do Código de Processo Penal, analise as assertivas abaixo sobre Ação Penal e assinale a correta:

- A) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo
- B) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará aos parentes de até 3º grau
- C) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado, Distrito Federal e Município, a ação penal será pública.
- D) A representação será retratável até oferecimento da denúncia.
- E) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

Cadastre-se na Lista de Transmissão do NEAF no Whatsapp

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2Tfp0pW>

Link do Curso 2 em 1 TJSP + MPSP 2020

<http://bit.ly/2UNO7kV>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<http://bit.ly/2thUX6>

Cursos para Escrevente TJSP

<http://bit.ly/2JVGdQ9>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br